

Sistematização adere a feriado e só vota repouso

Brasília — Luiz Antônio

BRASÍLIA — O fim de semana prolongado derrotou a Comissão de Sistematização que, ontem pela manhã, só conseguiu votar o dispositivo sobre trabalho mensal remunerado. Pouco depois do meio-dia, a sessão foi suspensa por falta de quorum, quando a esquerda deixou o plenário, cansada de ver suas propostas sobre as horas extras conseguirem o apoio da maioria, mas serem rejeitadas, por não atingirem os 47 votos necessários à aprovação.

A Comissão decidiu suspender a sessão marcada para o feriado de amanhã, e convocou sessão extraordinária para quinta-feira. O único inciso aprovado definiu que é direito dos trabalhadores "o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local", mantendo-se integralmente a redação do substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Deserto — Na votação das horas extras, a falta de constituintes derrotou a esquerda. A proposta do deputado Paulo Paim (PT-RS), que

previa a proibição de horas extras, salvo em casos de emergência e com pagamento em dobro, conseguiu o apoio da liderança do PMDB e recebeu a maioria dos votos no plenário: 40 a 26. Foi porém considerada rejeitada, pois lhe faltaram sete votos para reunir a maioria absoluta.

Outra emenda, do deputado Gastone Righi (PTB-SP), que fixava o máximo de duas horas extras por dia, com pagamento 50 por cento superior aos da hora normal, também venceu no voto — 39 a 29 — mas foi rejeitada. Nessa votação, por exemplo, dos 49 titulares do PMDB, estavam presentes apenas 27; dos 28 suplentes, só seis. No PFL, o comparecimento foi menor ainda: dos 24 titulares, 13 faltaram; dos 12 suplentes, votaram três.

Diante desse quadro, a esquerda abandonou o plenário, para impedir o prosseguimento da votação. Na próxima sessão, serão apreciadas outras emendas sobre as horas extras, embora as mais importantes tenham sido queimadas no plenário quase deserto de ontem.



Sant'Anna discursou no plenário vazio da Sistematização, que só voltará a reunir-se novamente quinta-feira

No PMDB, uma aliança arranhada

Franklin Martins

A liderança do PMDB na Constituinte, contestada pela ala esquerda do partido porque preferiu uma forma mais amena de estabilização de emprego e votou contra a semana de trabalho de 40 horas, acha que está forte no conjunto da bancada. O argumento é de que o voto da liderança exercido, pelo deputado Pimenta da Veiga (MG), tem sido acompanhado, em média, por 80% dos pemedebistas da Comissão de Sistematização. Para um partido heterogêneo e cheio de divisões, a percentagem é considerada excelente.

Entre os parlamentares mais próximos da liderança há nítida preocupação de defender o líder em exercício, deputado, Euclides Scalco, das críticas do MUP. Paranaense, de esquerda mas com amplo trânsito no centro do partido, ele assumiu interinamente o posto de Covas credenciado pela posição intransigente na defesa do programa do partido.

Avanço — "O substitutivo está avançando ou não nas votações da Comissão de Sistematização?", pergunta o vice-líder Antônio Brito (RS), que é também alvo das críticas da ala esquerda do partido. "É evidente que sim. Está avançando e muito", responde ele mesmo.

Efetivamente, até agora, o substitutivo só foi emendado para ampliar os direitos individuais, coletivos e sociais, e nunca para restringi-los. O problema é que o MUP acha que a liderança tem impedido avanços maiores. "É um equívoco dizer que a liderança do PMDB impediu a aprovação da semana de 40 horas. O que fizemos foi garantir a de 44", alega Brito.

Anteontem, num almoço de trabalho no gabinete da liderança, à base de sanduíches de carne e queijo, Scalco pediu a vários constituintes pemedebistas informações sobre a tendência da bancada a respeito da duração da semana de trabalho. A maioria dos presentes inclinou-se pela manutenção do texto do relator — que na prática mantém as atuais 48 horas semanais. Apenas quatro deputados — Octávio Elísio (MG) e Jorge Hage (BA), do

MUP, e Antônio Mariz (PB) e José Ulysses (MG) — deixaram claro que, em qualquer hipótese, votariam favoravelmente às 40 horas. Scalco sentiu-se autorizado a negociar a aprovação da emenda do deputado Gastone Righi (PTB-SP) que fixa a duração da semana de trabalho em 44 horas.

Pouco antes de começar a sessão, ele procurou o líder do PFL, deputado José Lourenço, e o senador Virgílio Távora (PDS-CE). De ambos, Scalco recebeu a informação de que suas bancadas votariam com as 48 horas. Buscou, então, os líderes dos partidos de esquerda, entre eles os deputados, Lula, do PT; Brandão Monteiro, do PDT; e Haroldo Lima, do PC do B, propondo um acordo para aprovar as 44 horas. Não teve sucesso.

Acordo — Temeroso de um confronto, o que, segundo seus cálculos, significaria a manutenção do texto de Cabral, Scalco voltou a conversar com Virgílio Távora. Usou um argumento inverso: se radicalizar, pode dar 40 horas. O senador pedessista, ainda imprensado com a vitória da esquerda na questão da estabilidade, cedeu e garantiu o apoio do PDS para as 44 horas.

Foi então a vez de José Lourenço. Sentado, ele ouviu os argumentos de Scalco, debruçado sobre a sua mesa. Ficou olhando para o chão e, depois de algum tempo de silêncio, bateu na mesa. "Está bem, fechamos o acordo". Estava selada a vitória das 44 horas — ou, a derrota das 40, segundo o raciocínio da esquerda.

Aliança abalada — Segundo um vice-líder do PMDB, a ausência de pemedebistas foi excepcionalmente alta — 15, quando, em média, costuma ficar em torno de seis ou sete. A explicação é simples: deputados que seguem a orientação do líder do governo, Carlos Sant'Anna, como Cid Carvalho (MA), José Freire (GO), José Geraldo (MG), Milton Reis (MG), Nilson Gibson (PE) e Teodoro Mendes (SP), saíram do plenário e foram para o cafezinho. Há duas hipóteses para esse comportamento: ou os liderados por Sant'Anna preferiram não dar um voto que, mais tarde, poderia lhes trazer desgaste eleitoral, confiantes que sua ausência não afetaria o resultado final; ou resolveram deixar a liderança numa situação delicada e acirrar a briga entre ela e o MUP. Se a intenção foi esta última, deu certo. A aliança de centro-esquerda no PMDB está arranhada.

Erro diminui poder da PM

Por um erro admitido pelo deputado Farabulini Júnior (PTB-SP), o projeto de Constituição que está sendo votado na Comissão de Sistematização transferiu da Polícia Militar para a Polícia Civil a atividade de prevenção do crime, que aquela corporação exercia há quase dois séculos. "Assim como o Farabulini, eu também fui induzido ao erro", admitiu o relator da comissão, deputado Bernardo Cabral, para o advogado Carlos Araújo Lima, representante do lobby da PM.

O que a PM não admite é que o artigo, que até a segunda versão do projeto dava à corporação a atividade exclusiva de policiamento ostensivo, tenha sido alterado às 3h da

madrugada de 1º de outubro, após pressões do lobby da Polícia Civil. O próprio Farabulini disse a Araújo Lima que cometeu um equívoco e que induziu Cabral a errar também.

Na versão em votação na Comissão de Sistematização, o projeto diz que "à Polícia Civil, estruturada em carreira, cabe o exercício da polícia preventiva e judiciária e a apuração das infrações penais". No mesmo artigo, fica determinado que, "às Polícias Militares, forças auxiliares e reserva do Exército, cabe exercer policiamento ostensivo e assegurar a manutenção da ordem pública". A votação desse artigo está prevista para o final do mês.

Prestes critica Constituinte

SÃO LUÍS — "Partido comunista no Brasil não existe. O que existe é um partido com essa denominação, a reboque da burguesia e do governo." A frase, dita por Luís Carlos Prestes, deixou sem graça os poucos comunistas que foram ao aeroporto do Tirirical, receptioná-lo. Ele veio a São Luís fazer uma palestra sobre a conjuntura política brasileira, sem poupar críticas à Constituinte, que considerou "comprometida com as elites".

Mesmo desiludido com a política, Prestes afirmou que continuará pregando "até a morte" a importância da classe operária no contexto nacional. Acentuou: "Vou até o fim da minha vida ser um pregador do marxismo-leninismo."

O líder comunista fez questão de frisar que, para se atingir o socialismo, nada mais importante do que a prática do marxismo-leninismo. Ao referir-se aos 20 anos da morte de Ernesto Che Guevara, disse: "Ele era apenas um romântico."

Com respostas secas, Prestes falou também sobre a Constituinte. "Não adianta, vai ficar tudo do mesmo jeito. Com essa Assembléia que está aí, nada vai mudar." Para ele, só a classe trabalhadora, mobilizada, poderia modificar tudo.

Além da palestra, Prestes se reuniu com representantes de sindicatos, associações de moradores e entidades comunitárias.